

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 23 de outubro de 2025 • Nº 2165 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

CÂMARA

Conselho arquiva pedido de cassação de Eduardo

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados arquivou, ontem, representação feita pelo PT que pedia a cassação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Há ainda outras quatro representações contra o mesmo parla-

mentar que estão na direção da Mesa da Câmara aguardando envio para o Conselho de Ética. O relator da representação, Delegado Marcelo Freitas (União-MG), apresentou voto pedindo a rejeição do texto. O placar

terminou com 11 votos favoráveis ao parecer e 7 contra. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o partido recorrerá da decisão do Conselho de Ética no plenário da Câmara. **PÁGINA 6**

10 MORTES

Absolvidos sete acusados pela tragédia no Ninho do Urubu

Quase sete anos depois do incêndio no Ninho do Urubu, o Centro de Treinamento do Flamengo, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a Justiça absolveu os sete acusados, que respondiam pelos crimes de incêndio culposo e lesão grave. Dez adolescentes, com idades entre 14 e 16 anos, morreram e três ficaram feridos. A decisão, da 36ª Vara Criminal da Capital ainda cabe recurso. O juiz Tiago Fernandes Barros considerou a ação improcedente. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro havia pedido, em maio deste ano, a condenação de todos os acusados após ouvir mais de 40 testemunhas. O incêndio aconteceu em fevereiro de 2019, nos containers usados como alojamento para as categorias de base do clube. 26 atletas dormiam quando o fogo começou num aparelho de ar condicionado. Entre os réus, estão dois diretores do Flamengo, dois engenheiros responsáveis pelas partes técnicas dos containers, e sócios da empresa de refrigeração que realizava manutenção nos aparelhos de ar condicionado. **PÁGINA 5**

LEILÃO NA BOVESPA

Porto de Paranaguá no Paraná é concedido por R\$ 276 milhões



O Consórcio Canal Galleta Dragagem (CCGD) venceu o leilão de concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá (PR), realizado na tarde de ontem na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (**foto**), e o governador do Paraná, Ratinho Júnior, estiveram em São Paulo para acompanhar o leilão. A empresa ofereceu 12,63% de desconto na tarifa de referência para leilão, o valor

máximo estipulado. Depois de uma disputa, em viva-voz, de 18 lances, o consórcio saiu vencedor com a oferta de R\$ 276 milhões, batendo três concorrentes. O desconto na tarifa de referência foi um dos critérios para determinar a proposta vencedora. O modelo de licitação previa o híbrido, que incluiu a competição por maior outorga (valor fixo pago ao governo) e o menor valor de tarifa a ser cobrada dos usuários. **PÁGINA 2**

STF

Edson Fachin autoriza Fux a mudar para a 2ª Turma

PÁGINA 6

FORAGIDA



MP italiano ‘libera’ Carla Zambelli para extradição

O Ministério Público da Itália emitiu nesta quarta-feira, parecer favorável à extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) (**foto**), condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A parlamentar está presa em Roma, por decisão da Corte de Apelação, que apontou risco de fuga. O parecer do Ministério Público é mais um passo no processo de extradição, que ainda depende de decisão final do governo italiano. Zambelli deixou o Brasil antes que sua condenação fosse definitiva e acabou presa em Roma, em julho, após ser incluída na lista vermelha da Interpol. **PÁGINA 7**

DITADURA

Entidades pedem comissão para indígenas

PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA -0,29% / 144.085,15 / -424,17 / Volume: 15.819.696.809 / Negócios: 2.837.027											
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas			
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.
AMBP3	0,41	-29,31	-0,17	AZEV4	0,38	+11,76	+0,04	ADMF3	20,030	-42,80	-14,990
GOLL54	5,72	-1,21	-0,07	AZEV3	0,38	+8,57	+0,03	AMBP3	0,41	-29,31	-0,17
BRAV3	14,200	-5,84	-0,880	RCSL4	1,44	+7,46	+0,10	DESK3	11,700	-26,42	-4,200
ABEV3	12,22	-1,13	-0,14	VAMO3	3,100	+6,90	+0,200	PAT13	35,71	-14,06	-5,84
BBA53	20,54	-1,11	-0,23	TELB3	11,00	+6,80	+0,70	RVEE3	3,250	-12,16	-0,450
Bolsas no mundo											
				Fechamento							
				Dow Jones				Salário mínimo			
				46.924,74				R\$ 1.412,00			
				+0,47				Ufir-RJ			
				6.735,35				R\$ 4,5373			
				+0,00				Taxa Selic			
				-0,16				(17/09)			
				22.953,665				15%			
				-0,06				TR			
				25.127,131				(22/10)			
				-0,31				0,1739%			
				+0,04				Poupança			
				8.258,86				(22/10)			
				+0,64				0,6748%			
								IGP-M			
								0,42% (set.)			
								EURO turismo			
								0,48% (set.)			
								Compra: 6,3260			
								Venda: 6,5060			
								DÓLAR Ptax - BC			
								Compra: 5,3848			
								+0,14%			
								DÓLAR comercial			
								Compra: 5,3894			
								Venda: 5,3900			
								DÓLAR turismo			
								Compra: 5,4079			
								Venda: 5,5879			

MERCADOS

Bolsa se descola de NY e sobe 0,55%, com Vale, Petrobras e bancos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a tesar os 145 mil pontos na máxima de ontem, em nível não visto em fechamento desde o último dia 1º, sem consegui-lo sustentar mais uma vez no encerramento da sessão, ainda em alta de 0,55%, aos 144.872,79. Nesta quarta, oscilou dos 144.038,76 aos 145.047,73 pontos, nos extremos da sessão, em que saiu de abertura aos 144.093,68 pontos. Como na terça-feira, o giro financeiro se manteve moderado nesta quarta-feira, a R\$ 17,9 bilhões. Na semana, em três sessões, o Ibovespa agrega 1,03%, ainda cedendo 0,93% no mês - no ano, sobe 20,44%. Com ganhos nos carros-chefes Vale (ON +1,78%) e Petrobras (ON +1,67%, PN +1,15%), e avanço também nas ações de grandes bancos, com destaque para a principal delas, Itaú (PN +0,82%, na máxima do dia no fechamento), o índice da B3 se descolou do ajuste em Nova York, onde as perdas nesta

quarta-feira chegaram a 0,93% no Nasdaq, no encerramento. Na ponta ganhadora, Vamos (+5,48%), Auren (+3,82%) e MRV (+3,46%). No lado oposto, Assaf (-7,08%), C&A (-2,92%) e Fleury (-2,69%). Lá fora, "os ativos de risco mostram que os investidores estão adotando uma postura mais cautelosa em meio ao cenário de paralisação do governo americano e de incertezas comerciais entre Estados Unidos e China", diz Luise Coutinho, head de produtos e alocação da HCI Advisors, mencionando, também, a decepção em Nova York em torno dos resultados trimestrais da Netflix, abaixo do esperado. No cenário doméstico, em meio às persistentes preocupações do mercado com relação à situação fiscal, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse, em evento, que o governo vai manter a meta de déficit zero em 2025 e que projeta para 2026 o primeiro superávit primário, de 0,25% do PIB, destaca Luise, da HCI Advisors.

Dólar tem leve alta com cautela externa e fiscal, mas fecha abaixo de R\$ 5,40

ANTONIO PEREZ/AE

Após rondar a estabilidade pela manhã, o dólar se firmou em leve alta ao longo da tarde de ontem, com a piora do apetite ao risco no exterior e certa cautela em torno do quadro fiscal doméstico, em meio às negociações em torno de medidas para ampliar a arrecadação e reduzir gastos. A perspectiva crescente de um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nos próximos dias não conseguiu dar fôlego ao real. Após máxima de R\$ 5,4137, o dólar à vista encerrou o pregão de ontem, em alta de 0,12%, a R\$ 5,3969. Em outubro, a divisa apresenta valorização de 1,39%. No ano, a moeda recua 12,67% em relação ao real, que exhibe o melhor desempenho entre as divisas latino-americanas no período.

Termômetro do comportamento do dólar na comparação com uma cesta de seis divisas fortes, o índice DXY rondava a estabilidade no fim da tarde de ontem, com pouca acima dos 99,900 pontos, após mínima aos 98,786 pontos. Apesar dos ganhos de mais de 2% do petróleo, divisas emergentes pares do real passaram a recuar em relação ao dólar durante a segunda etapa de negócios, embora em menor magnitude. A exceção foi o peso colombiano, com perdas de mais de 0,50%, abalado pela crise diplomática com os EUA. A economista-chefe do Ouribank, Cristiane Quartaroli, afirma que há um clima de cautela que permeia os negócios, em meio à ausência da divulgação de indicadores americanos com o shutdown do governo americano e à expectativa pelo encontro entre Trump e o presidente chinês, Xi Jinping, no fim do mês.

Nota

BESSENT DIZ QUE SHUTDOWN DOS EUA ATRASA AJUDA A AGRICULTORES

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, afirmou que a paralisação do governo norte-americano atrasa a ajuda aos agricultores americanos, em comentários para repórteres nesta quarta-feira. "Queremos enviar dinheiro aos nossos agricultores, especialmente aos produtores de soja, mas o governo está paralisado. Eu diria aos senadores democratas: vocês podem ser heróis, reabram o governo", ressaltou. Na ocasião, ao ser questionado sobre as negociações de carne bovina com a Argentina, ele disse que não conversou com o presidente dos EUA, Donald Trump, sobre o tema, mas que o governo argentino "está aberto e está em atividade, então podemos negociar com eles".

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

LEILÃO

Porto de Paranaguá no PR é concedido por R\$ 276 milhões

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O Consórcio Canal Galheta Dragagem (CCGD) venceu o leilão de concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá (PR), realizado na tarde de ontem na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o governador do Paraná, Ratinho Júnior, estiveram em São Paulo para acompanhar o leilão. A empresa ofereceu 12,63% de desconto na tarifa de referência para leilão, o valor máximo estipulado. Depois de uma disputa em viva-voz de 18 lances, o consórcio saiu vencedor com a oferta de R\$ 276 milhões, batendo três concorrentes. O desconto na tarifa de referência foi um dos critérios para determinar a proposta vencedora. O modelo de licitação previa o híbrido, que incluiu a competição por maior outorga (valor fixo pago ao governo) e o menor valor de tarifa a ser cobrada dos usuários. A maior disputa do leilão, que considerou o valor de outorga, ocorreu entre a vencedora do leilão e a chinesa China Harbour Engineering Company (CHEC) Dredging.

DISPUTA

O leilão começou com o desconto de tarifa de referência, com valor máximo fixado em 12,63%. A DTA Engenharia ofereceu desconto de tarifa de referência no valor de 1,29%; a Jan de Nul, ofertou 0,34%; a Chec Dredging ofertou 10,30%; e o Consórcio Canal Galheta Dragagem (CCGD) ofertou 10,73%; Como mais de uma concorrente participou desta etapa do leilão, os lances foram levados

para a disputa por viva-voz. As três primeiras colocadas puderam participar do viva-voz, mas a Jan de Nul, que fez a menor oferta, ficou de fora. A DTA Engenharia, por sua vez, decidiu não fazer lances no viva-voz, deixando a disputa entre a Chec Dredging e o Consórcio Canal Galheta Dragagem, que ofereceram o mesmo valor máximo em disputa: 12,63%. Como houve empate na primeira etapa, o leilão passou a avaliar o valor de outorga, que também foi levado a uma disputa por viva-voz. Depois de 18 lances, o leilão acabou vencido pelo Consórcio Canal Galheta Dragagem, que ofertou R\$ 276 milhões como valor de outorga.

A CONCESSÃO

A concessão do acesso Aquaviário do Porto de Paranaguá (PR), realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), representa um marco inédito para o setor portuário nacional, por se tratar do primeiro canal de acesso brasileiro a ser leiload. A concessão é pelo prazo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação contratual por até 70 anos. Segundo o governo do Paraná, o leilão é iniciativa inédita no Brasil, pois é o primeiro canal de acesso portuário a ser arrendado no país, além de ser inovadora, pois a responsabilidade de dragagem, que hoje é do porto público, passará a ser da arrendatária, ou seja, a concessionária que assumir o contrato ficará responsável por ampliar a profundidade do canal. Esta foi a primeira licitação desse tipo no mundo, segundo o ministério, e prevê repassar à concessionária serviços hoje

realizados pela Autoridade Portuária Portos do Paraná, como dragagens, sinalização, batimetria e monitoramento das embarcações nas operações de embarque e desembarque. O leilão deverá servir de modelo para as concessões dos portos de Santos (SP), Itajaí (SC), Salvador (BA) e Rio Grande (RS).

Para o leilão, as empresas concorrentes tiveram que apresentar descontos na taxa Infra-mar, paga pelos navios para acessarem os portos. A taxa cobre os custos das dragagens necessárias para garantir as manobras dos navios de forma segura. Atualmente, essa manutenção é feita pela Autoridade Portuária, mas, com o leilão, passará para a empresa vencedora.

O vencedor do leilão do Porto de Paranaguá terá que investir R\$ 1,22 bilhão nos cinco primeiros anos de concessão, pagando uma outorga fixa anual de R\$ 86 milhões ao longo de 25 anos. Uma das obrigações é ampliar a profundidade do canal e garantir que o porto passe dos atuais 13,5 para 15,5 metros de calado [que é a distância entre o ponto mais profundo da embarcação e a superfície da água]. Isso deverá possibilitar a operação de navios de contêineres de grande porte, de até 366 metros, e de graneleiros com capacidade para 120 mil toneladas.

“Dois metros de calado representam, em média, mil contêineres a mais no navio ou 14 mil toneladas a mais de algum produto em uma embarcação, sem que o usuário pague mais por isso. A depender do resultado do leilão, teremos até um preço menor do que se paga hoje”, explicou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fer-

nando Garcia, por meio de nota. Hoje, o Porto de Paranaguá recebe 2,6 mil navios por ano, com destaque para graneis sólidos, como soja e proteína animal. Segundo a Antaq, o Porto de Paranaguá foi a segunda instalação portuária pública que mais movimentou cargas no primeiro semestre de 2025. Foram 30,9 milhões de toneladas no período, um crescimento de 2,6% em comparação com os primeiros seis meses do ano passado.

O CANAL

Situado ao sul da Ilha do Mel, o Canal de Acesso, que tem parte do seu trecho conhecido como Canal da Galheta, é o principal acesso aquaviário ao porto e aos terminais da Baía de Paranaguá desde a década de 1970, quando a demanda de navios de maior porte exigiu a dragagem do Banco da Galheta e a consequente criação do canal.

OUTROS LEILÕES

Mais cedo, o ministro participou de outros dois leilões portuários: um no Rio de Janeiro e outro em Maceió (AL). O Terminal RDJ07 é destinado à movimentação de cargas de apoio logístico *offshore*, voltadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. O investimento previsto para o período contratual de 25 anos é estimado em R\$ 99,4 milhões. Já o TMP de Maceió é um terminal de passageiros e deve impulsionar o turismo de cruzeiros marítimos no Nordeste. O leilão permitirá a modernização e expansão do porto e terá investimentos estimados em R\$ 3,75 milhões ao longo de um contrato de 25 anos.

Modelo do Porto de Paranaguá deve inspirar mais leilões, diz ministro

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse ontem, em São Paulo, que o modelo de concessão adotado para o canal do Porto de Paranaguá deve inspirar futuras concessões de portos do governo federal. Entre os portos que podem adotar esse novo modelo de concessão estão os de Santos (SP), Itajaí (SC) e de Salvador (BA). “Nossa ideia é que, até o dia

30 de abril do próximo ano, a gente possa fazer [o leilão de] pelo menos mais esses três canais”, disse o ministro a jornalistas. “O processo já está avançando na Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). O de Itajaí, por exemplo, já está no TCU (Tribunal de Contas da União). A nossa meta é que, ao lado da Antaq, do tribunal de contas e dos governos estaduais, a gente possa, já no primeiro semestre de 2026, estar com esses

canais de acesso prontos e com o leilão (realizado). Nós estamos falando em investimentos de mais de R\$ 8 bilhões”, acrescentou Costa Filho. Segundo o governo do Paraná, esse leilão é uma iniciativa inédita no Brasil, pois é o primeiro canal de acesso portuário a ser arrendado no país. Além disso, esse projeto é inovador, pois a responsabilidade de dragagem, que hoje é do porto público, passará a ser da arrenda-

tária, ou seja, a concessionária que assumir o contrato ficará responsável também por ampliar a profundidade do canal. “É a primeira vez na história do país que nós estamos fazendo um leilão de canal de acesso. Isso dá previsibilidade ao setor produtivo, isso dá segurança jurídica, mas, sobretudo, fortalece as operações portuárias do Porto de Paranaguá, que é um dos maiores portos hoje do Brasil e da América do Sul”, ressaltou o ministro.

ESTADOS

STF julga uso de créditos de ICMS por distribuidoras de combustíveis

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga se as distribuidoras de combustíveis podem manter créditos de ICMS oriundos de operações dentro do mesmo estado antes da saída interestadual do produto. O julgamento é realizado no plenário virtual que vai até amanhã, e o placar está em 3 a 1 a favor dos estados. A controvérsia surgiu porque

a Constituição prevê que o ICMS não incide sobre operações que destinem combustíveis a outros Estados. O Fisco e contribuintes, porém, divergem em relação à possibilidade de aproveitar os créditos relativos às operações anteriores. A Raízen, autora da ação, questiona o auto de infração de 2015 que exigiu estorno de créditos de ICMS aproveitados em razão da compra de combustível.

Somado à multa aplicada pelo Fisco estadual, o débito atingiu o patamar de R\$ 28,9 milhões (em valores de 2016). Os efeitos do julgamento vão além do caso concreto, porque o processo tem repercussão geral e o resultado deverá ser seguido em toda a Justiça na análise de casos semelhantes. A empresa sustenta que a manutenção dos créditos garante a efetividades do princípio da não cumulatividade e da neutralida-

de tributária das operações ocorridas dentro do Estado de origem. Para a distribuidora, o estorno implica em bitributação, porque significa arrecadar o mesmo imposto para dois Estados. Por outro lado, o Estado de Minas Gerais defende a exigência do estorno sob o argumento de que a saída interestadual não é tributada, e que a lei não garante a manutenção do crédito nesta hipótese.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

INFLUENCIADOR

‘Capitão Hunter’ é preso suspeito de estupro de vulnerável

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro confirmou a prisão do influenciador digital João Paulo Manoel, conhecido como Capitão Hunter, de 45 anos. Ele é suspeito de cometer os crimes de estupro de vulnerável e produção de conteúdo pornográfico infantil.

A captura do influencer ocorreu ontem, na capital paulista, e foi feita por policiais civis da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima do RJ, com apoio da Polícia Civil paulista.

Capitão Hunter tem cerca de 1 milhão de seguidores em seus perfis, cujos conteúdos são, principalmente, games e animações, em especial da franquia Pokémon. O público do influencer é majoritariamente composto por crianças e adolescentes. Ele também tem uma loja, onde comercializa diversos produtos.

Segundo a Secretaria de Se-

gurança Pública, uma das vítimas, uma menina de 13 anos, conheceu o influenciador em um evento realizado em um shopping e passou a ter contato com ele por meio das redes sociais.

“O criminoso prometeu aos pais dela que acompanharia e apoiaria sua trajetória no jogo. A vítima relatou que o homem passou a pedir conteúdos de cunho sexual, como fotos íntimas, oferecendo produtos da franquia. O homem também enviou diversas fotos inapropriadas dele para a menina”, disse a secretaria, em nota.

Segundo a pasta, foi possível confirmar a conduta do influenciador em conversas gravadas pela menina. O mesmo homem teria abordado, da mesma maneira, um menino de 11 anos.

Os policiais cumpriram ainda mandados de busca e apreensão e realizaram quebra de sigilo de dados do influenciador. A defesa do suspeito não foi encontrada.

PMs

Policiais puxam cabelo e agridem comerciante no Brás

Uma comerciante do Brás, no centro de São Paulo, foi agredida durante operação contra o comércio irregular na região. A ação foi filmada e o vídeo divulgado em redes sociais. Nas imagens, é possível ver os PMs puxando o cabelo da mulher e atirando ela no chão. Em nota, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) disse que analisa e apura a conduta dos policiais.

Ainda de acordo com a SSP, na ocasião, a PM apoiava agentes municipais quando houve resistência de um casal de comerciantes. O homem te-

ria ofendido os agentes durante a apreensão das mercadorias e populares tentaram impedir a atuação dos agentes.

O caso foi registrado como desacato e resistência no 8º DP. A PM reforça que os policiais, mesmo em apoio ao município, “têm o compromisso de atuar em conformidade com os protocolos institucionais e a legislação vigente.”

"A instituição não compactua com excessos de seus integrantes e pune com rigor aqueles que infringem a lei ou desrespeitam os procedimentos da corporação."

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 22ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11 e seguintes do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 22ª (vigésima segunda) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos por Cláudio Henrique de Santi, Cláudia Aparecida Pizzi de Santi, João Bosco de Santi, Valéria Arjona de Santi, Luis Carlos de Santi e Eleusa Cristina Malvesto De Santi" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia **12 de novembro de 2025, às 15:30 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de que não seja caracterizada hipótese de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 6.1, subitens (b) e (v), da Cédula de Crédito Bancário nº 41501185-0 ("CCB 01" e, quando em conjunto com as CCB nº 02, 03, 04, 05 e 06, as "CCBs"), bem como da Cláusula 6.3, subitens (b) e (v), do Termo de Securitização, em razão do descumprimento, pelos Devedores, da obrigação não pecuniária consistente na entrega à Securitizadora da comprovação da conclusão e averbação do georreferenciamento do Imóvel; (II) Caso aprovado o item (I) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 10 (dez) dias, contados da formalização da Assembleia, para que seja entregue a averbação do georreferenciamento do Imóvel; (III) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de que não seja configurada hipótese de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 6.1, item (b), das CCB, bem como da Cláusula 6.3, item (b), do Termo de Securitização, em razão do descumprimento, pelos Devedores, da obrigação não pecuniária consistente na entrega à Securitizadora do laudo de avaliação atualizado do Imóvel, conforme previsto na Cláusula 6.3 do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças" ("Contrato"), ressaltando-se que o cálculo da Razão de Garantia Imobiliária, apurado pelos Devedores, será verificado e validado pela Securitizadora somente após o recebimento do valor de venda forçada indicado em cada Laudo de Avaliação; (IV) Caso aprovado o item (III) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 10 (dez) dias, contados da formalização da Assembleia, para que seja entregue o laudo de avaliação atualizado do Imóvel; e (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitantes que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@comcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI DE SANTI (22)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

(11) 2655-1899

INTERNET

Operação prende quadrilha que fazia leilões falsos

MATHEUS CROBELATTI/AE

Uma operação interestadual da Polícia Civil, deflagrada ontem, identificou uma quadrilha que aplicava golpes por meio de leilões falsos na internet.

Oito mandados de busca e apreensão são cumpridos em endereços relacionados aos envolvidos. Um casal foi apontado como principal integrante do esquema criminoso que movimentou quase R\$ 2,3 milhões.

Um homem de 32 anos era

responsável por criar sites fraudulentos e gerenciar o fluxo financeiro, enquanto a esposa, de 29 anos, movimentou uma alta quantia de dinheiro em cinco meses.

A apuração da Polícia Civil aponta que ela vivia uma vida luxuosa, incompatível com a renda declarada.

O casal está preso e outros cinco mandados de prisão são cumpridos em São Paulo. Apreensões também estão ocorrendo nos estados de Goiás, Santa Catarina, Amazonas, Pará

e Rio Grande do Sul.

A Polícia Civil descobriu que a quadrilha investia em publicidade nas redes sociais para atrair vítimas e impulsionar sites falsos, que aparentavam ser legítimos. Os lucros obtidos nos golpes caíam em conta de “laranjas”, o que dificultava o rastreamento.

Os suspeitos também faziam lavagem de dinheiro a partir de negócios fictícios, que movimentaram cerca de R\$ 6,5 milhões, e utilizavam ferramentas de encriptação de dados digi-

tais, sendo necessário técnicas avançadas de rastreamento cibernético e análise financeira para identificar os criminosos.

A apuração das informações foi realizada por agentes da Divisão de Capturas e do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra), da Polícia Civil paulista. O trabalho segue sendo coordenado pela Delegacia de Repressão aos Crimes Patrimoniais Eletrônicos (DPRCE) do Rio Grande do Sul. Cerca de 150 policiais participaram da operação.

OBRAS

Governo de SP inicia Caravana 3D na região de Rio Preto

JOÃO VALÉRIO/GOVERNO DO ESTADO DE SP



O Governo de São Paulo deu início ontem à sexta edição da Caravana 3D – Desenvolvimento, Dignidade e Diálogo, que percorre a região administrativa de São José do Rio Preto para fortalecer parcerias com os municípios e realizar entregas e anúncios até amanhã.

Na primeira agenda, o governador Tarcísio de Freitas visitou as obras de duplicação da maior ponte do Estado, localizada sobre o rio Tietê, que amplia a mobilidade entre os municípios de Novo Horizonte e Pongai pela rodovia Dr. Mário Gentil (SP-333).

Com 2.416 metros de extensão, a estrutura teve investimento de R\$ 373 milhões em obras que têm o objetivo de reduzir gargalos logísticos e oferecer mais segurança para motoristas e pedestres.

Durante a visita, o governador acompanhou o andamento da obra, que registrou avanço de 65%, e conta com mais de 100 vigas lançadas e 1.000 metros de lajes instaladas.

A visita técnica teve a presença do secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, ao lado de representantes da concessionária Entrevias e da Vinci Highways.

“Queremos mostrar um pouco do que o governo do Estado está fazendo na região. Vamos assinar convênios com os prefeitos, liberar recursos para a Saúde, inaugurar estrada vicinal, escolas, creches e Hospital de Mirassol amanhã. Temos a oportunidade de conversar com as lideranças, ver as necessidades e colocar o Estado à disposição da região Noroeste”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas. “Começamos por essa ponte, que vai ligar Novo Horizonte a Pongai a partir do ano que vem. Uma duplicação im-

portantíssima, principalmente para o agronegócio e todo o setor produtivo da região”, completou.

A ponte está sendo erguida ao lado da estrutura atual, no sentido leste da Rodovia Dr. Mário Gentil, entre os quilômetros 229 e 232, e terá duas faixas de rolamento. A ponte existente será revitalizada e adaptada para pedestres e ciclistas, com iluminação reforçada.

O projeto prevê um vão central de 125 metros e a utilização de 208 vigas pré-moldadas de 41 metros e 74 toneladas cada, produzidas no próprio canteiro de obras, em uma usina que foi instalada no local.

“É mais uma grande obra de engenharia que vem reforçar a infraestrutura rodoviária e impulsionar o desenvolvimento de São Paulo e da região noroeste paulista, ampliando a capacidade logística, a mobilidade e a segurança dos usuários”, afirmou

o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

Além de modernizar a infraestrutura, a obra gera desenvolvimento regional, com cerca de 260 empregos diretos e mais de 390 indiretos criados durante a execução. A previsão é que a entrega ocorra até o fim de 2026.

A duplicação da ponte integra o programa SP pra Toda Obra, do Governo de São Paulo, sendo o maior programa de modernização e melhorias do sistema rodoviário da história do estado.

O pacote reúne R\$ 30 bilhões em investimentos em rodovias públicas e concedidas, somando iniciativas do DER e das concessionárias, fiscalizadas pela Agência de Transporte do Estado (Artesp). São mais de 1.500 obras, com extensão de 22,3 mil km e 252 mil empregos gerados.

CARAVANA 3D

A Caravana 3D é uma iniciati-

va do Governo de São Paulo que percorre as regiões do estado para levar políticas públicas com foco nos três pilares da gestão: desenvolvimento, dignidade e diálogo.

A proposta é fortalecer a articulação com os municípios, promovendo entregas e investimentos que considerem as necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. Antes de São José do Rio Preto, a caravana passou também por Araçatuba, Marília, Sorocaba, Presidente Prudente e Itapeva.

A Caravana reforça o compromisso do governo paulista com uma atuação mais próxima e integrada, baseada na escuta do cidadão e no diálogo com lideranças locais. Em cada etapa, são realizadas visitas aos municípios e ocorrem anúncios de ações concretas nas áreas de saúde, educação, habitação, infraestrutura e segurança.



SP.GOV.BR

CURSOS DE GRAÇA

Portal Trampolim lança Jornada da Tecnologia com mais de 1 mi de vagas

O Governo de São Paulo, por meio da Secretário de Desenvolvimento Econômico (SDE) (foto), lançou na terça-feira passada a Jornada da Tecnologia, nova trilha formativa gratuita do Portal Trampolim voltada para o desenvolvimento de competências em Inteligência Artificial (IA) e outras áreas da tecnologia. A oferta possui mais de 1,2 milhão de vagas e as inscrições devem ser realizadas pelo site do programa.

A iniciativa tem como objetivo preparar e atualizar os interessados para as novas demandas do mercado e conectá-los diretamente a oportunidades de empregabilidade. De

acordo com o relatório “Futuro Empregos 2025” do Fórum Econômico Mundial, a IA e o Big Data estão no topo da lista das habilidades tecnológicas que mais crescerão nos próxi-

mos anos, reforçando a importância da qualificação profissional na área.

Pensando neste cenário, a SDE articulou a doação de formações em Inteligência Artifi-

cial, oferecidas em parceria com as empresas StartSe e Salesforce (por intermédio de seu parceiro K2), que somam 1.250.000 vagas. Para complementar a formação, a pasta também está disponibilizando gratuitamente quatro cursos avançados na área de tecnologia, como computação em nuvem e desenvolvimento de chatbots.

A Jornada da Tecnologia foi desenhada para permitir uma evolução progressiva de conhecimentos em Inteligência Artificial e outros ramos da tecnologia, levando os estudantes desde o básico até aplicação prática desses fundamentos. Confira as três etapas da trilha formativa.

10 MORTES

Absolvidos 7 acusados pela tragédia no Ninho do Urubu

CRISTIANE RIBEIRO/ABRASIL

Quase sete anos depois do incêndio no Ninho do Urubu, o Centro de Treinamento do Flamengo, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a Justiça absolveu os sete acusados, que respondiam pelos crimes de incêndio culposo e lesão grave. Dez adolescentes, com idades entre 14 e 16 anos, morreram e três ficaram feridos.

A decisão, da 36ª Vara Criminal da Capital ainda cabe recurso. O juiz Tiago Fernandes Barros considerou a ação improcedente.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro havia pedido, em maio deste ano, a condenação de todos os acusados após ouvir mais de 40 testemunhas.

O incêndio aconteceu em fevereiro de 2019, nos containers usados como alojamento para as categorias de base do clube. Vinte e seis atletas dormiam quando o fogo começou num aparelho de ar condicionado.



DIVULGAÇÃO

RÉUS

Entre os réus, estão dois diretores do Flamengo, dois engenheiros responsáveis pelas partes técnicas dos containers, e sócios da empresa de refrigeração

que realizava manutenção nos aparelhos de ar condicionado.

Antes da decisão anunciada agora, já havia sido extinto o processo contra o então presidente do Flamengo, Eduardo

Bandeira de Mello. Outros três acusados já tinham sido absolvidos.

As famílias dos 10 adolescentes mortos receberam indenização do Flamengo

GAECO

STF valida poder de investigação do Ministério Público do Rio

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem a validade da reestruturação do Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), núcleo responsável pela atuação em investigações criminais. Por unanimidade, a Corte reafirmou o poder de investigação do Ministério Público e validou uma resolução interna do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) que reestruturou o

Gaeco do órgão.

Em 2023, a Corte julgou a constitucionalidade da resolução e reafirmou o poder de investigação do Ministério Público, a partir de uma ação protocolada pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol). A entidade alegou que somente as polícias federal e civil têm a prerrogativa de realizar investigações criminais, mas o plenário validou a participação do MP em investigações.

Após o julgamento, a Adepol apresentou um recurso para esclarecer que o poder de investigação do Ministério Público deve seguir parâmetros que foram definidos em julgamentos anteriores sobre a questão.

Por unanimidade, os ministros aceitaram o recurso da entidade e esclareceram que as investigações conduzidas pelo Ministério Público devem depender de autorização judicial, seguir prazos es-

tabelecidos na legislação penal e observar os direitos constitucionais dos investigados.

Em 2015, o Supremo reconheceu que o MP tem competência para exercer investigações criminais. A questão foi decidida em um caso concreto, no qual um ex-prefeito, denunciado por crime de responsabilidade, questionou investigação conduzida exclusivamente pelo órgão, sem participação da polícia.

VIGILÂNCIA

Prefeitura instala câmeras inteligentes para buscas criminais em segundos

DOUGLAS CORRÊA/ABASIL

A prefeitura do Rio instalou as primeiras câmeras da Central de Inteligência, Vigilância e Tecnologia em Apoio à Segurança Pública (Civitas), para analisar milhares de situações simultâneas e realizar buscas criminais por imagem em segundos.

Até 2028, a cidade vai contar 20 mil câmeras de vigilância e monitoramento próprias. Destas, 15 mil serão as chamadas supercâmeras. Elas representam um salto tecnológico no monitoramento. As câmeras proporcionarão melhora de qualidade e ampliarão o apoio que o município já presta às forças de segurança e ao sistema de Justiça, com dados, inteligência e tecnologia de ponta.

"Estamos entrando na fase em que, cada vez mais, a Civitas vai dispor de instrumentos para auxiliar as forças de segurança no combate à criminalidade. As câmeras e as barreiras digitais já começaram a ser instaladas, com uma identificação muito clara da prefeitura do Rio", disse o prefeito Eduardo Paes. As novas câmeras utilizam inteligência artificial para interpretar vídeos em tempo real e gravados e ainda cruzar informações visuais, como tipo de veículo, cor, direção, acessórios e características de vestimenta, para identificar comportamentos suspeitos, reconstruir trajetos, analisar, identificar e rastrear dinâmicas criminais complexas com precisão. A tecnologia amplia a capaci-



DIVULGAÇÃO

dade e a qualidade da produção de provas e evidências das investigações e contribui para a melhoria da segurança pública na cidade. Enquanto o olho humano consegue ver no máximo três situações ao mesmo tempo, as câmeras têm capacidade para identificar 3 mil situações diferentes simultaneamente. As supercâmeras estão sendo testadas com padrões recorrentes em dinâmicas criminais, como roubos, furtos, motos em calçadas e veículos na contramão. Também são analisadas imagens que ajudam a identificar

e monitorar pessoas e veículos suspeitos.

"Não é novidade que a prefeitura trabalha de maneira intensa com o monitoramento da cidade. O Centro de Operações já faz isso desde 2010. O grande salto é que com o incremento dessas supercâmeras tecnológicas, o monitoramento passa a ser mais inteligente", afirmou o chefe-executivo da Civitas, Davi Carreiro.

A busca criminal por imagem é a tecnologia que permite localizar pessoas, veículos ou objetos específicos em registros de vídeo. Dife-

rentemente do reconhecimento facial, a ferramenta realiza buscas descritivas, cruzando características visuais, reduzindo o tempo de apuração e aumentando a eficiência das investigações.

Atualmente, o parque tecnológico do Rio reúne mais de 5 mil câmeras distribuídas em todas as regiões da cidade que compõem o cerco eletrônico. Até o fim deste ano, o sistema contará com mais de 3 mil supercâmeras. A meta é instalar 15 mil supercâmeras até 2028. Com isso, a cidade do Rio terá 20 mil câmeras próprias.

INOCENTES

Incêndio atinge barracão de escola de samba no Santo Cristo

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Um incêndio atinge o barracão da escola de samba Inocentes e Belford Roxo, do Grupo de Acesso das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. O Corpo de Bombeiros foi acionado, às 15h49 para o combate a um incêndio em um imóvel localizado no bairro do Santo Cristo, zona portuária do Rio, onde fica o barracão de confecção de carros alegóricos e fantasias para o carnaval de 2026.

Mais de 40 militares de seis unidades atuam para apagar o fogo, com o emprego de 13 carros de combate às chamas. Até o momento, não há regis-

tro de vítimas.

No local, também estão instalados os barracões das escolas de samba Em Cima da Hora, Vigário Geral e Unidos do Jacarezinho. Os bombeiros trabalham para que o fogo não se espalhe para os barracões das escolas de samba, que ficam ao lado.

As escolas trabalham com produtos de fácil combustão, como isopor, tinta, cola, entre outros.

O enredo da Inocentes de Belford Roxo para o carnaval de 2026 é *Da floresta vem a cura, e a Inocentes traz a força dos orixás e dos saberes ancestrais para a avenida*.

ANVISA

Uso de Mounjaro contra apneia obstrutiva do sono é aprovado

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na segunda-feira passada, o uso de Mounjaro (tirzepatida) para o tratamento da apneia obstrutiva do sono (AOS) moderada e grave para pessoas com obesidade.

O medicamento, aprovado anteriormente para diabetes tipo 2 e obesidade, é a primeira opção farmacológica aprovada pela agência para AOS, doença crônica que afeta cerca de 50 milhões de brasileiros, de acordo com uma estimativa publicada em 2019 na revista *The Lancet Respiratory Medicine*.

Edilson Zancanella, coordenador do Conselho de Administração da Academia Brasileira do Sono (ABS), explica que a apneia é uma interrupção do fluxo respiratório enquanto dormimos. No caso da apneia obstrutiva, ela acontece pelo estreitamento na região da faringe por conta da mudança de posição da língua e de seu arcabouço estrutural quando a pessoa deita.

"Durante o período em que a pessoa fica sem respirar, há uma queda significativa na oxigenação do organismo. Para o corpo, isso é algo extremamente danoso porque a falta de oxigênio faz com que ele não funcione bem. As células deixam de atuar de forma adequada, o cérebro também passa a não funcionar corretamente, e vários alarmes são disparados no organismo para que a gente volte a respirar", detalhou Zancanella, que também é membro do Conselho de Governo da Sociedade Mundial de Sono.

"Cada vez que eu paro de respirar, esses alarmes são acionados, fazendo com que eu respire novamente, mas o sono se torna fragmentado. Então, a condição traz um efeito significativo na qualidade. Todas as funções reparadoras do sono, de memória, concentração e controle de liberação de hormônios, são afetadas", explicou.

Além disso, os alarmes disparados pelo organismo podem levar ao aumento do batimento cardíaco e da pressão arterial, por exemplo, elevando o risco de enfarte e acidente vascular cerebral (AVC), entre outros problemas.

Segundo Erika Treptow, pneumologista especializada em medicina do sono do Instituto do Sono, os mais afetados pela AOS são homens acima dos 40 anos, e a obesidade e o sobrepeso são alguns dos principais fatores de risco.

"Existem vários motivos para isso acontecer. Um deles é o acúmulo de gordura na

musculatura e na região cervical, na parte do pescoço, além da gordura visceral e abdominal, que prejudica o bom funcionamento da respiração durante o sono. A obesidade também pode interferir no controle da ventilação durante o sono", comentou a médica.

MOUNJARO E APNEIA

Historicamente, o tratamento da AOS tem se concentrado no suporte mecânico durante o sono, incluindo terapia com pressão positiva nas vias aéreas (CPAP), fonoterapia e cirurgias.

A decisão de aprovar o medicamento para a condição foi baseada nos resultados do estudo clínico de fase 3 SURMOUNT-OSA, que avaliou o uso da tirzepatida tanto em pacientes que utilizavam aparelhos de CPAP quanto naqueles que não usavam.

O estudo mostrou que o Mounjaro reduziu de forma significativa as interrupções respiratórias durante o sono. No início da pesquisa, os participantes apresentavam cerca de 50 interrupções por hora. Após um ano de tratamento, aqueles que utilizaram o Mounjaro e o CPAP apresentavam cerca de 29,3 eventos a menos, contra 5,5 com placebo, e o grupo que usou apenas Mounjaro apresentava uma média de 25,3 interrupções a menos, contra 5,3 com placebo.

Após um ano de uso, 42% dos pacientes tratados com Mounjaro e 50% dos que usaram Mounjaro junto ao CPAP apresentaram remissão ou casos leves da doença, frente a 16% e 14% nos grupos placebo.

Além de melhorar os sintomas da apneia, o tratamento também promoveu perda de peso. Os participantes que usaram Mounjaro perderam, em média, 20,4 kg (18% do peso corporal), e os que associaram o uso ao CPAP perderam 22,7 kg (20%).

A pesquisa seguiu um protocolo multicêntrico, duplo-cego e contou com 469 participantes de diversos países, como EUA, Austrália, Brasil, China, Alemanha e México.

Para Erika, a aprovação representa um avanço. "Nos últimos anos, foram feitas múltiplas pesquisas com diversos tipos de medicamentos para auxiliar na apneia obstrutiva do sono", lembrou. "E o estudo que mostrou a efetividade foi muito bem desenhado por pesquisadores de renome mundial e foi publicado pelo *The New England Journal of Medicine*, que é extremamente significativo."

DITADURA

Entidades pedem que governo crie Comissão da Verdade Indígena

RAISA TOLEDO/AE

A ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara recebeu na terça-feira passada, proposta de criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade para apuração de crimes cometidos contra os povos indígenas durante a ditadura militar. A recomendação consta no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de 2014.

O documento foi entregue pelo Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas, formado por entidades indígenas, da sociedade civil, órgãos públicos e universidades.

O Ministério dos Povos Indígenas (MPI) informou ao Estadão que "seguirá conduzido os diálogos sobre o tema dentro do governo federal". "A violência sofrida pelos povos indígenas ainda é uma realidade nos dias de hoje e, reconhecer esse passado e repará-lo, também é uma forma de combater essa violência", diz nota.

A ministra Sonia Guajajara recebeu a proposta das mãos de Elisa Pankararu, representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme).

"Falar em uma Comissão Nacional Indígena da Verdade é dizer que a nossa verdade é dolorida, porque as violências atingem nossos corpos, nossos rios, nossas florestas e toda a natureza da qual fazemos parte. É uma história que oficialmente não se conta, mas que os nossos mais velhos nos contam", declarou Elisa durante a cerimônia.

O documento propõe decreto para criar a comissão por meio de um ato normativo. São sugeridos 14 membros, em sua maioria indígenas: sete indicados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e sete escolhidos a partir de uma lista apresentada pelo Fórum.

Com duração inicial de três anos, prorrogável, o grupo teria a missão de apurar fatos e circunstâncias relacionados a assassinatos, torturas, remoções forçadas, desaparecimentos e roubo de terras, além de propor medidas de reparação.

A proposta é um desdobra-

mento das conclusões da Comissão Nacional da Verdade, que em 2014 reconheceu que ao menos 8.350 indígenas foram mortos pelo regime militar. O número é considerado subestimado, já que o levantamento abrangeu apenas dez dos 305 dos povos presentes no País.

Ao documentar remoções forçadas, assassinatos, contaminações deliberadas por doenças, envenenamento, sequestro de crianças e trabalho em condições análogas à escravidão, a CNV recomendou a criação de uma comissão específica para tratar das violações contra os povos indígenas e promover o reconhecimento da responsabilidade por parte do Estado brasileiro.

Lançado em 2024, o Fórum foi criado para articular essa proposta Integram o grupo entidades como a Apib, o Instituto Vladimir Herzog, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Desde sua criação, foram levantados mais de 80 casos de violações praticadas durante a ditadura, segundo informações do Ministério Público Federal (MPF).

Em outro desdobramento da CNV, o Brasil tem retificado certidões de óbito de mortos e desaparecidos na ditadura. Mais de 100 famílias já receberam documentos corrigidos para constar as reais circunstâncias das mortes, no contexto de torturas e outras violações de direitos humanos.

Constam na lista casos o deputado Rubens Paiva, o jornalista Vladimir Herzog, o sociólogo Paulo Stuart Wright, irmão do reverendo Jaime Wright, os metalúrgicos Manoel Fiel Filho e Santos Dias da Silva e o estudante Alexandre Vannucchi Leme.

Oficialmente, o governo brasileiro reconhece apenas 434 mortes e desaparecimentos políticos no contexto da ditadura. Segundo a presidente da Comissão Especial de Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ligada ao Ministério dos Direitos Humanos, Eugênia Gonzaga, o número real pode passar de 10 mil pessoas, incluindo indígenas e trabalhadores do campo.

STF

Fachin autoriza Fux a mudar para a Segunda Turma do Supremo

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, autorizou o ministro Luiz Fux a integrar a Segunda Turma da Corte.

Fachin aceitou o pedido de mudança feito na terça-feira passada pelo ministro, que faz parte da Primeira Turma, colegiado responsável pelo julgamento das ações penais da trama golpista.

A vaga na Segunda Turma foi aberta com a aposentadoria antecipada de Luís Roberto Barroso. Se estivesse permanecendo na Corte, Barroso deveria ocupar uma vaga nesse colegiado.

Com a decisão de Fux, a Primeira Turma ficará somente com quatro integrantes. A quinta vaga será ocupada somente após a nomeação de um novo ministro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a vaga de Barroso.

◆ A Segunda Turma é composta pelos ministros André

Mendonça, Nunes Marques, Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

ABSOLVIÇÃO

A mudança de colegiado ocorre após Fux proferir votos pela absolvição do ex-presidente Jair Bolsonaro, do general Braga Netto e dos sete réus do núcleo de desinformação da trama golpista.

A partir de agora, os julgamentos dos recursos de Bolsonaro e dos demais núcleos de réus ocorrerá somente com quatro ministros da Primeira Turma: Alexandre de Moraes (relator), Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

Até o momento, o STF já condenou 15 réus pela trama golpista. Além dos sete condenados ontem, a Corte já apenou mais oito acusados, que pertencem ao Núcleo 1, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

O julgamento do núcleo 3 está marcado para 11 de novembro. O grupo 2 será julgado a partir de 9 de dezembro.

CÂMARA

Conselho de Ética arquiva representação contra Eduardo

LEVY TELES/AE

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados arquivou, ontem, representação feita pelo PT que pedia a cassação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Há ainda outras quatro representações contra o mesmo parlamentar que estão na direção da Mesa da Câmara aguardando envio para o Conselho de Ética.

O relator da representação, Delegado Marcelo Freitas (União-MG), apresentou voto pedindo a rejeição do texto. O placar terminou com 11 votos favoráveis ao parecer e 7 contra.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o partido recorrerá da decisão do Conselho de Ética no plenário da Câmara.

Na representação feita ao Conselho de Ética, o PT diz que, em declarações, Eduardo incitou a ruptura do processo eleitoral, tentou submeter a jurisdição nacional ao escrutínio de potências estrangeiras e cometeu atos de hostilidade à ordem constitucional e ao estado democrático de direito.

Segundo o relator, a representação parte de uma premissa "equivocada", e o deputado do PL não foi responsável por sanções impostas ao Brasil e a autoidades do País.

"A representação parte de uma premissa equivocada: a que o representado seria de alguma forma responsável por uma eventual adoção de medidas coercitivas ou sanções por parte dos Estados Unidos contra o Brasil. Tal raciocínio é factualmente insustentável e juridicamente improcedente, pois confunde atos de Estado soberano com manifestações individuais de natureza política. A decisão de um país estrangeiro de adotar ou não sanções econômicas, diplomáticas ou políticas, é, em essência, ato de soberania", diz.

Nesse mesmo relatório, Freitas também diz que as declarações de Eduardo nos Estados Unidos continuam protegidas com base na prerrogativa parlamentar de inviolabilidade de opinião, palavras e votos e que



LULA MARQUES/ABRASIL

ele exerce o "direito de crítica política".

"Esta prerrogativa não se circunscreve apenas ao âmbito interno ou aos pronunciamentos formais em plenário; ela se projeta para o contexto internacional, refletindo a natureza supraindividual da representação política, que transcende limites geográficos", afirma o relator.

Oposicionistas elogiaram o trabalho de Freitas. "Não cabe o prosseguimento (da representação). Não acho que isso aqui é um campo de batalha ideológica e política", disse Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara.

Parlamentares do Centrão manifestaram apoio à decisão do arquivamento. "Acabou a era das inquisições", afirmou José Rocha (União-BA). "A Constituição nos garante esse direito: de opinião, palavra e voto. Não cabe a nós parlamentares estarmos julgando colegas que através de palavras, opiniões e voto."

Governistas protestaram. "Qual a diferença de quem entrou e apedrejou o Supremo (no 8 de Janeiro) e o que esse senhor fez nos Estados Unidos?", questionou Lindbergh Farias (RJ), lí-

der do PT na Câmara.

O PT chegou pedir para tirar Freitas da relatoria. O deputado do União já chamou Eduardo Bolsonaro de "amigo". O presidente do Conselho de Ética, Fabio Schiochet (União-SC) rejeitou o pedido

Freitas foi vice-líder do governo de Jair Bolsonaro. Recentemente, o deputado votou a favor a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, da anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro, da sustação da ação penal do colega parlamentar Alexandre Ramagem (PL-RJ), agora condenado por fazer parte do plano que tentou um golpe de Estado no País, e contra a prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser o mandante da ex-vereadora do Rio Marielle Franco.

O relator da representação contra Bolsonaro respondeu a argumentos de governistas "Estamos buscando a independência do Parlamento brasileiro, que tem sido usurpado em suas competências constitucionais como nunca se viu na história dessa República", disse Freitas. "Essa Casa do povo abriu vá-

rios precedentes e permitiu que o Parlamento fosse reduzido a um papel secundário", prosseguiu o relator. "Chegou o momento de fazermos pairar na Câmara dos Deputados o direito mais do que legítimo que o parlamentar possa se manifestar em território nacional ou no estrangeiro."

Eduardo foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), no fim de setembro, por "coação" no processo da trama golpista. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, concluiu que ele e o blogueiro Paulo Figueiredo articularam sanções nos Estados Unidos contra o Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar pressionar os ministros a não condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em nota conjunta, Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo disseram ser alvo de "perseguição política", atribuíram a denúncia a "lacaiois" do ministro Alexandre de Moraes, disseram que vão continuar a campanha nos Estados Unidos e informaram que vão aguardar a notificação formal para se manifestar no processo.

ENFERMOS

Senado aprova criação do Programa Nacional de Cuidados Paliativos

Luciano Nascimento/aBrasil

O Senado aprovou ontem o projeto de Lei (PL) que cria o Programa Nacional de Cuidados Paliativos, cujo foco é aliviar o sofrimento e melhorar a qualidade de vida de pacientes com doenças graves e progressivas, de familiares e cuidadores com ações de assistência. O programa será financiado pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. O texto retorna agora para a Câmara dos Deputados.

Segundo o relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), a medida visa prevenir e aliviar o sofrimento físico, psicológico, social e espiritual dos pacientes, além de melhorar a qualidade de vida e apoiar tanto os pacientes quanto seus familiares, especialmente em casos de doenças

que ameaçam a continuidade da vida.

"A exemplo de outros países que há tempos já editaram regulamentações consolidadas na área, o Brasil dá um grande passo para garantir a dignidade e a qualidade de vida de seus cidadãos. Em todo o mundo, os cuidados paliativos têm sido reconhecidos como uma parte essencial dos sistemas de saúde de qualidade", argumentou.

O projeto prevê que os pacientes passarão a ter direitos a cuidados paliativos adequados à complexidade da situação, a cargo de uma equipe multidisciplinar; de ser informados sobre seu estado clínico; de participar das decisões sobre os cuidados paliativos; e à privacidade e confidencialidade sobre dados pessoais.

Em relação aos familiares, a

proposta estabelece que eles devem receber apoio adequado; obter informações sobre o estado clínico do paciente, caso seja da vontade dele; e participar das decisões sobre os cuidados paliativos, respeitando primariamente a vontade do paciente.

Segundo o texto, o programa deve dar formação a profissionais sobre o assunto, fornecer medicamentos considerados fundamentais e organizar condutas para a presença permanente de cuidador no hospital ou garantir o direito de visita por videochamada, caso haja contraindicação médica da presença física da família.

Em seu relatório, Otto Alencar menciona um estudo publicado em 2023 pela Escola de Medicina da Universidade de Singapura. De acordo com o do-

cumento, o Reino Unido é o país com a melhor qualidade de cuidados paliativos em todo o mundo. O Brasil ficou na 79ª posição entre os 81 países avaliados.

"A implementação de políticas públicas abrangentes, como as observadas no Reino Unido, que priorizem o investimento em infraestrutura, o treinamento de profissionais de saúde e campanhas de conscientização, certamente contribuiria para melhorar a qualidade dos cuidados paliativos no país. No contexto brasileiro, a ausência de regulamentação específica contribuiu para a demora na evolução dos cuidados paliativos no âmbito sistema de saúde, bem como para um acesso desigual e muitas vezes inadequado a esses cuidados", avaliou.

Nota

CIRO GOMES RETORNA AO PSDB EM EVENTO EM FORTALEZA E FALA EM 'LIBERTAÇÃO' DO CEARÁ

O ex-governador do Ceará e ex-ministro Ciro Gomes assinou ontem, sua ficha de filiação ao PSDB. A cerimônia ocorreu no hotel Mareiro em Fortaleza (CE) e contou com a presença do ex-senador Tasso Jereissati, ex-presidente nacional da sigla e apontado como decisivo para o retorno de Ciro ao partido. Além de lideranças tucanas, o evento reuniu representantes de outras legendas da oposição cearense, como o deputado federal André

Fernandes, presidente estadual do PL, e o ex-deputado Capitão Wagner (União), um ex-adversário político. O estado é atualmente governado por Elmano de Freitas (PT). Ao discursar, Ciro agradeceu o convite de Jereissati para que ele "recomeçasse sua vida pública" no PSDB e se referiu ao ex-senador como, "o maior estadista cearense". Também afirmou que a "traição e a ingratidão corroeram as possibilidades" de que ele continuasse no PDT. Abordando críticas recebidas por sua aproximação com integrantes do PL, ele aproveitou para alfinetar o PT e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

FORAGIDO

MP italiano ‘libera’ Carla Zambelli para extradição

HUGO HENUD/AE

O Ministério Público da Itália emitiu nesta quarta-feira, parecer favorável à extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A parlamentar está presa em Roma, por decisão da Corte de Apelação, que apontou risco de fuga. O parecer do Ministério Público é mais um passo no processo de extradição, que ainda depende de decisão final do governo italiano. Zambelli deixou

o Brasil antes que sua condenação fosse definitiva e acabou presa em Roma, em julho, após ser incluída na lista vermelha da Interpol. Desde então, a parlamentar passou a ser alvo de um processo de extradição movido pelo governo brasileiro em cooperação com autoridades italianas. A deputada foi condenada duas vezes pelo STF. Na primeira ação, foi condenada a dez anos de prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica, em conluio

com o hacker Walter Delgatti Neto, que afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema, entre eles, um mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes. Foi após essa sentença que a parlamentar deixou o País e acabou presa na Itália, em ação conjunta entre a Polícia Federal e autoridades italianas. Na segunda condenação, o STF impôs pena de cinco anos e três meses, em regime inicial semiaberto, pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e cons-

trangimento ilegal, com perda do mandato após o trânsito em julgado. A Advocacia-Geral da União (AGU) acompanha o processo de extradição em nome do governo brasileiro, com o objetivo de assegurar o cumprimento das decisões do Supremo e o retorno da parlamentar ao País para o início do cumprimento da pena. O órgão também mantém interlocução direta com o Ministério das Relações Exteriores e com as autoridades italianas responsáveis pelo caso.

JUSTIÇA

Governo anuncia projeto que agrava pena para organizações criminosas

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski (**foto**), enviou na tarde desta quarta-feira para análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Casa Civil o projeto de lei chamado de Antifacção. A proposta inclui agravar a pena para lideranças e integrantes de organizações criminosas. Os condenados pelo crime de "organização criminosa qualificada", que passaria a ser um novo tipo penal, poderão receber a pena de 30 anos de prisão. O texto prevê ainda a criação de um banco de dados nacional para ter uma espécie de catálogo de informações dessas facções com a finalidade de reunir informações estratégicas para investigação e rastreamento desses grupos.

“Nós fizemos o possível para dar uma resposta nesse momento”, disse o ministro, que avalia que o Estado tem o desafio de estar “mais organizado do que o crime”, “cada vez mais sofisticado”. Ele entende que a proposta é a de atualizar a lei das organizações criminosas, que é de 2013. O projeto prevê ainda ações para diminuir os recursos financeiros das facções de maneira mais rápida. Um exemplo das ações seria a apreensão de bens, direitos ou valores do investigado, inclusive durante o curso do inquérito ou quando houver suspeita de que sejam produtos ou instrumento de prática de crimes.

INFILTRAÇÃO

Outra ação prevista pela proposta é a de infiltração de policiais e colaboradores na organização criminosa durante a investigação e até a possibilidade de criar pessoas jurídicas fictícias para facilitar a infiltração na organização criminosa. O projeto de lei ainda apresenta outra possibilidade, durante a investigação, ao autorizar o monitoramento dos encontros realizados entre presos provisórios ou condenados integrantes de organização criminosas.



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

PENAS DE PRISÃO

O ministro defendeu a necessidade de aumento de pena da organização criminosa simples, de 3 a 8 anos de prisão para de 5 a 10 anos. O agravamento ainda maior (de dois terços ao dobro) das penas ocorreria nos casos do tipo penal caracterizado como “organização criminosa qualificada”. Entre os exemplos dessa característica, estão nos casos em que ficar comprovado o aliciamento de criança ou adolescente para o crime, ou mesmo quando a ação for funcionário público. Outra “qualificação” do crime organizado pode ser entendida nos casos de exercício de domínio territorial ou prisional pela organização criminosa. São ainda situações de agravamento de pena o uso de arma de fogo de uso restrito ou proibido e quando houver morte ou lesão corporal de agente de segurança pública. Pelo projeto, o crime tipificado como de organização criminosa qualificada passa a ser considerado hedion-

do, ou seja, inafiançável.

DOMÍNIO TERRITORIAL

O domínio territorial pelo crime organizado ocorre, conforme exemplifica o ministro da Justiça, em comunidades dominadas por facções, o que deixa os moradores vulneráveis. “Essa ocupação tem várias causas. Não é só a intimidação por parte dos membros das organizações criminosas, mas também a falta de serviços sociais, escolas, saneamento básico e saúde”. O ministro adiantou que existe, inclusive, um projeto piloto de retomada de território em elaboração. “Não será apenas pela força física, mas será, claro, pela exclusão daqueles invasores dessas áreas, e assim os serviços públicos avançarão”. DISSUAÇÃO Lewandowski entende que não há ilusão, por parte dos integrantes do ministério, que somente o aumento de pena será suficiente. Mas será, na opinião

do ministro, um fator de dissuasão e de intimidação. “A pessoa pensará duas vezes, talvez não os líderes, mas pelo menos os faccionados de menor nível hierárquico saberão que terão a pena bastante agravada”, disse o ministro.

BANCO DE DADOS

Em relação ao banco de dados previsto no projeto enviado à Casa Civil e ao presidente Lula, o ministro explicou que a intenção é ter o máximo de detalhes, inclusive até o DNA das pessoas envolvidas com o crime organizado. “Todos os dados relativos a membros de organizações criminosas vão integrar esse banco. Por exemplo, o nome, o pseudônimo, onde moram, documentos de identidade e características pessoais”, exemplificou o ministro. O ministro disse que será um acervo a ser compartilhado nacionalmente com todas as forças de segurança. “Todos os agentes saberão se alguém pertence ao crime organizado”, disse Lewandowski.

VALDEMAR

Moraes proíbe visita de presidente do PL a Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o pedido do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, para visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro, que está em prisão domiciliar. Na decisão, Moraes vetou a visita por entender que o dirigente do partido de Bolsonaro ficou proibido de visitá-lo após a decisão na qual a Primeira Turma da Corte decidiu reabrir a investigação da trama golpista contra o político. “Em decisão de 4/8/2025, mantive, dentre as medidas cautelares em relação a Jair Messias Bolsonaro a proibição de manter contatos com Embaixadores ou quaisquer autoridades estrangeiras, bem como com os demais réus e investigados das Ações Penais 2.668/DF, AP 2.693/DF, AP 2.694/DF, AP 2.695/DF, Inq. 4.995/DF e Pet 12.100/DF, inclusive por intermédio de terceiros”, disse Moraes.

Terça-feira, o STF decidiu reabrir a investigação sobre a trama golpista envolvendo o presidente do PL. Por 4 votos 1, o colegiado acolheu a proposta feita por

Moraes, que é relator do caso, durante o julgamento que condenou os réus do Núcleo 4 da trama golpista, grupo acusado de disseminar desinformação contra as urnas eletrônicas. Um dos condenados é o ex-presidente Instituto Voto Legal (IVL), Carlos Cesar Moretzsohn Rocha. Rocha foi contratado pelo PL para realização de estudos para basear a ação na qual o partido contestou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o resultado do primeiro turno das eleições de 2022. Na ação, foi usada desinformação para sugerir fraudes na votação eletrônica. Com a decisão, a investigação deverá ser retomada para apurar os crimes de organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. No ano passado, Valdemar foi indiciado pela Polícia Federal (PF) no inquérito sobre a trama golpista. Contudo, o político não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em nenhum dos quatro núcleos de acusados de tentar manter Jair Bolsonaro no poder após as eleições de 2022.

RECURSO REJEITADO

Câmara aprova regras para julgamentos de ações pelo Supremo

LUCIANO NASCIMENTO/ARASIL

A Câmara dos Deputados rejeitou ontem um recurso contra a votação conclusiva do Projeto de Lei (PL) 3640/23, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). O recurso, apresentado pelo Partido Novo, foi rejeitado por 344 votos contra 95. A matéria que trata da regulamentação do regime jurídico das ações concentradas do Supremo Tribunal Federal (STF) agora segue para o Senado. A matéria foi aprovada no último dia 30, na CCJ. O texto, do relator (Cidadania-SP) foi baseado em anteprojeto de uma comissão de juristas presidida pelo ministro Gilmar Mendes, do STF. O texto diz, entre outros pontos, que as ações diretas de inconstitucionalidade (ADI); direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO); declaratória de constitucionalidade (ADC); e de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), deverão ser julgadas até 12 meses após a distribuição, com possibilidade de prorrogação justificada. Outro ponto é a exigência de quórum qualificado (2/3 dos ministros) para a modulação dos efeitos das decisões do STF. A proposta original previa apenas maioria simples. Além disso, os ministros do STF deverão justificar as decisões monocráticas (aquelas proferidas por um único integrante da Corte), submetendo o parecer à análise do plenário já na sessão seguinte. Caso contrário, a decisão monocrática se tornará nula.

CLÁUSULA Um dos pontos polêmicos do texto diz respeito a limitação para que apenas os partidos que tenham obtido cláusula de desempenho poderão ingressar com ações de controle de constitucionalidade de normas junto ao Supremo. Esse limite de cláusula

de desempenho não constava do projeto original. A legislação determina que, a partir da legislatura de 2027, apenas terão atingido a cláusula os partidos que tenham obtido, nas eleições imediatamente anteriores, um mínimo de 13 deputados federais distribuídos em, ao menos, 1/3 das unidades da Federação. Também alcançarão a cláusula aqueles que tenham obtido um mínimo de 2,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação, com um mínimo de 1,5% dos votos válidos em cada uma delas. A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) criticou a medida, argumentando que a Constituição Federal já disciplina que partidos políticos com representação no parlamento podem entrar com ações de controle de constitucionalidade. “Quem são hoje os legitimados para entrar com ação no supremo, está na constituição: todo partido que tenha representação no parlamento nacional”, disse. “Não dá para a gente reduzir o número de partidos que podem acionar o Supremo, algo que está lá previsto na Constituição, colocando a condicionante de cláusula de barreira através de lei, não é nem de PEC [Proposta de Emenda à Constituição]”, criticou a deputada. Em relação às federações partidárias, o projeto diz que, para propor as ações de controle concentrado de constitucionalidade, elas atuarão na jurisdição constitucional como uma única agremiação partidária, em conjunto, por meio de sua instância de direção nacional, ainda que algum dos partidos federados, isoladamente, tenha alcançado a cláusula de desempenho. Além disso, o texto diz ainda que somente confederações sindicais ou entidade de classe de âmbito nacional poderão entrar com esse tipo de ação.

INDONÉSIA

Lula visita Sudeste Asiático para ampliar relação política e comercial

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia hoje uma visita de Estado à Indonésia. Ele já está em Jacarta, onde será recebido pelo presidente do país, Prabowo Subianto, para reafirmar a relação estratégica bilateral e tratar de outros temas da agenda regional e multilateral. A recepção oficial será realiza-

da pela manhã na capital indonésia, pouco depois da meia-noite no horário de Brasília. O fuso horário de Jacarta é de 10 horas à frente do horário de Brasília. Na pauta, estão instrumentos de cooperação em diversas áreas: ciência, tecnologia e inovação, energia e recursos minerais, medidas sanitárias e fitossanitárias, além de cooperação estatística. Brasil e Indonésia estabelece-

ram Parceria Estratégica em 2008, a primeira do Brasil no Sudeste Asiático. A relação bilateral tem se aprofundado em diversas áreas, como comércio agrícola, bioenergia, defesa e desenvolvimento sustentável. Em 2024, o intercâmbio comercial entre os dois países atingiu o recorde de US\$ 6,3 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 2,6 bilhões. A agenda do presidente tam-

bém prevê participação no Fórum Econômico Brasil-Indonésia, com empresários de ambos os países. Lula busca uma aproximação política com os países asiáticos e a possibilidade de expansão do comércio brasileiro com um mercado de 680 milhões de habitantes. A viagem à Indonésia é também uma retribuição à recente visita oficial de Subianto ao Brasil, ocorrida em julho deste ano.

Oriente Médio

Israel identifica mais dois corpos de reféns devolvidos pelo Hamas

Israel concluiu a identificação dos corpos de mais dois reféns, informou o gabinete do primeiro-ministro e genocida Benjamin Netanyahu nesta quarta-feira, enquanto o vice-presidente dos EUA, JD Vance, fazia um discurso otimista sobre o progresso no cessar-fogo de Gaza durante uma visita a Israel.

As autoridades identificaram os reféns mortos como Arie Zelmanovich e Tamir Adar. Os corpos foram transportados em caixões pela Cruz Vermelha e entregues ao exército israelense na Faixa de Gaza. Uma cerimônia militar com a presença do rabino-chefe das Forças de Defesa de Israel estava marcada para o final do dia, informou o gabinete de Netanyahu.

Os dois foram mortos no Kibutz Nir Oz durante o ataque de 7 de outubro de 2023, por militantes do Hamas, que desencadeou a guerra de dois anos.

Desde o início do cessar-fogo em 10 de outubro, os restos

mortais de 15 reféns foram devolvidos a Israel. Outros 13 ainda precisam ser recuperados em Gaza e entregues, um elemento-chave para o acordo de cessar-fogo.

Enquanto isso, o enterro de mais de 50 palestinos está marcado para quarta-feira em um cemitério em Deir al Balah, Gaza. Os corpos foram expostos em frente ao hospital Nasser, em Khan Younis, antes do enterro. Os 50 estão entre os 165 corpos de palestinos que Israel já entregou.

Vance se encontrará com Netanyahu e o presidente Isaac Herzog na quarta-feira. Ele está acompanhado pelo enviado dos EUA para o Oriente Médio, Steve Witkoff, e por Jared Kushner, genro do presidente americano Donald Trump.

Na terça-feira passada, Vance, Witkoff e Kushner disseram que o cessar-fogo superou as expectativas, mas reconheceram surtos de violência nos últimos dias.

USTR

EUA veem suposto abuso de liberdade na Nicarágua para acionar Seção 301

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) determinou que os atos, políticas e práticas da Nicarágua relacionados aos direitos trabalhistas, direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como ao Estado de Direito, são "irracionais e oneram ou restringem o comércio dos EUA", de acordo com documento oficial publicado ontem. O alerta torna o país da

América Central passível de ação judicial nos termos da Seção 301.

Ainda segundo o texto, o USTR propõe uma série de ações, incluindo a suspensão, retirada ou impedimento da aplicação dos benefícios do Acordo de Livre Comércio entre a República Dominicana, a América Central e os Estados Unidos (CAFTADR) à Nicarágua, bem como "tarifas adicionais de até 100% sobre alguns ou todos os produtos".

Eurasia

Europa endurecerá posição sobre China por recusar diálogo

POR ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A União Europeia (UE) continuará a endurecer gradualmente sua posição em relação à China, à medida que Pequim se recusa a dialogar com o bloco sobre a supercapacidade industrial chinesa, práticas comerciais agressivas e apoio à Rússia, na avaliação da Eurásia. A análise menciona que as ações refletem a frustração com o desrespeito da China às preocupações europeias.

Segundo a consultoria, as medidas prováveis incluem o fortalecimento das defesas comerciais europeias contra a China - como novas proteções para a indústria do aço - e san-

ções ampliadas contra entidades chinesas por apoiar o esforço de guerra da Rússia.

Para a Eurásia, apesar do crescente apoio político dentro do bloco para uma postura mais dura em relação aos chineses, a UE enfrentará "restrições práticas". "Relações transatlânticas voláteis também limitarão a cooperação UE-EUA, mesmo que a coordenação em medidas sobre o aço - e potencialmente no fornecimento de elementos de terras raras - apresente alguns pontos positivos", acrescenta.

A análise menciona que as ações refletem a frustração com o desrespeito da China às preocupações europeias.

Nota

EUA: TESOURO APLICA SANÇÕES A PETROLÍFERAS RUSSAS E PEDE QUE MOSCOW ACEITE CESSAR-FOGO

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA impôs novas sanções contra as duas maiores empresas petrolíferas da Rússia, a Rosneft e a Lukoil OAO, segundo comunicado divulgado nesta quarta-feira, 22. A medida é justificada "em decorrência da falta de comprometimento sério da Rússia com um processo de paz para encerrar a guerra na Ucrânia". De acordo com a nota, as ações americanas aumentam a pressão sobre o setor energético russo e degradam a capacidade do Kremlin de arrecadar recursos para sua máquina de guerra e sustentar a economia enfraquecida. A ação bloqueia todos os bens e interesses em propriedades dessas empresas que estão nos Estados Unidos ou controlados por pessoas americanas.

Museu

Diretora do Louvre admite 'terrível falha' na segurança

A diretora do Louvre, Laurence des Cars, reconheceu ontem, a "terrível falha" na segurança do museu após o surpreendente roubo à luz do dia das Joias da Coroa francesa. Ela afirmou ainda que ofereceu sua renúncia do cargo - o que foi recusado pelo ministro da Cultura. Fechado desde o ocorrido, o museu reabriu pela manhã.

Em testemunho ao Senado francês, a diretora disse que o Louvre tinha uma prejudicial falta de câmeras de segurança e outras "fraquezas" expostas pelo roubo de domingo passado.

"Hoje estamos vivendo uma terrível falha no Louvre, pela qual assumo minha parte da responsabilidade", disse ela.

Por que roubar o Louvre? Tem mais a ver com pedras preciosas do que com arte

A polícia continua as buscas pelo grupo de quatro criminosos que realizaram o roubo na galeria Apollo. As autoridades dizem que os ladrões passaram menos de quatro minutos dentro do Louvre no domingo de manhã. Um elevador de carga foi movido para a fachada voltada para o Se-



WIKIPÉDIA

na, uma janela foi forçada e duas vitrines foram quebradas.

A fuga foi realizada em motocicletas pelo centro de Paris. Os alarmes foram acionados, atraindo agentes para a galeria e forçando os ladrões a fugirem.

As joias têm um valor estimado de 88 milhões de euros, o equivalente a cerca de R\$ 550,2 milhões, segundo anunciado pela promotora Laure Beccuau na terça-feira, 21.

"O curador do Louvre esti-

mou os danos em 88 milhões de euros", uma quantia "extremamente impressionante", mas que "não é de forma alguma paralela ou comparável aos danos históricos", acrescentou a promotora à rádio RTL.

Guerra da Ucrânia

Rússia testa armas nucleares após Trump suspender reunião com Putin

MARIANA FELICIO/AE

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, comandou exercícios nucleares no país, informou o Kremlin, num momento em que as relações com os EUA passam por tensão, após

o presidente Donald Trump, ter levantado dúvidas sobre a continuidades dos diálogos para um acordo de paz na Ucrânia.

O exercício envolveu a tríade nuclear de Moscou e colocou em teste um míssil balístico in-

tercontinental Yars, na base de lançamento de Plesetsk; um míssil balístico intercontinental Sineva, lançado por um submarino no Mar de Barents; e bombardieiros estratégicos Tu-95 disparando mísseis de cruzeiro de longo alcance.

Segundo o Kremlin, o treinamento testou o nível de preparação dos órgãos de comando militar e as habilidades práticas das tropas russas.

Na semana, Trump informou que encontraria Putin em Budapeste, na Hungria.

Cúpula

Trump e Lula vão se encontrar no próximo domingo, na Malásia

CÉLIA FROUFE/AE

O encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (foto) e o americano Donald Trump foi agendado para o fim da tarde do próximo domingo, em Kuala Lumpur, na Malásia - início da manhã do mesmo dia no Brasil. A reunião ainda não foi divulgada pelo governo brasileiro, de acordo com fontes, por cautela, já que o anúncio tampouco foi feito até o momento pela Casa Branca.

Na segunda-feira passada, o Itamaraty já tinha adiantado que o encontro entre os dois poderia se dar no domingo, para quando o cerimonial de Lula tinha deixado "janelas abertas" na programação da viagem à Ásia iniciada ontem - o presidente volta a Brasília no dia 28.



RICARDO STUCKERT/PR

Os dois presidentes estarão no país nessa data para participarem da 47ª Cúpula do bloco econômico do Sudeste Asiático (Asean). O local foi considerado apropriado pelas partes por ser "neutro". A primeira vez que os

líderes se encontraram foi durante a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, de forma muito breve. Depois, se telefonaram e, de acordo com relatos, Lula teria pedido a Trump que

revisse a sobretarifa de 40% na importação de alguns produtos brasileiros.

Depois da chamada, houve uma reunião entre o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio. Após a reunião, o chanceler disse a jornalistas que o encontro foi auspicioso.

Além do tarifaço, também deve estar na pauta a escalada de conflitos dos Estados Unidos com dois países da América Latina: Venezuela e Colômbia.

A ideia da diplomacia brasileira é a de agir com parcimônia nesse encontro, sem necessariamente aguardar por soluções práticas de imediato. O que está claro para o governo brasileiro é que não serão discutidas ações ligadas à política interna do País.

Não há divergência entre Lula e Trump sobre a Venezuela, afirma Alckmin

JÚLIA PESTANA/AE

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que o Brasil busca manter uma postura de neutralidade e diálogo nas relações internacionais e que não há divergências entre o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação à Venezuela.

"Não há discordância. O que o presidente Lula tem falado é: os países têm autonomia. Não devemos estimular uma insegurança na região. O mundo já tem guerra no Oriente Médio, já tem guerra na Europa. A nossa região é tradicionalmente uma re-

gião de paz", afirmou Alckmin, em entrevista à Record News exibida na noite desta terça-feira, passada.

O presidente em exercício afirmou ainda que o governo brasileiro tem defendido o multilateralismo e o livre-comércio, ressaltando a importância de regras claras sob a coordenação da Organização Mundial do Co-

mércio (OMC).

"O Mercosul é um bom exemplo de integração regional. Agora vai entrar um quinto país, a Bolívia. É preciso fortalecer a região. No livre-comércio, todos ganham: quem é mais competitivo em um produto vende, quem precisa compra. Ganha o consumidor, ganha a sociedade", afirmou Alckmin.